

Reunião da Mesa Nacional

02 de outubro de 2021

## **POSIÇÃO PARA O OE2022**

### **ENFRENTAR OS DESPEDIMENTOS E O EMPOBRECIMENTO**

O Bloco de Esquerda só terá condições de se comprometer com uma proposta de Orçamento do Estado que enfrente os grandes problemas estruturais que afetam o país, com prioridade para os que têm conduzido à desvalorização do trabalho e à facilitação dos despedimentos, com consequências desastrosas para as condições de vida da maioria da população, mas também para a economia.

Durante o ano de 2020, os processos de despedimento coletivo conduziram para o desemprego 7.513 trabalhadoras/es, mais do dobro do verificado em qualquer um dos três anos anteriores.

Até agosto de 2021 já foram despedidas/os 2.440 trabalhadoras/es em processos de despedimento coletivo e iniciados novos processos, que abrangem cerca de 2.848 trabalhadoras/es. Grandes empresas continuam a anunciar a abertura de novos processos de despedimento coletivo e, agora, com o fim das moratórias, agravar-se-á a pressão para outra onda de despedimentos também nas pequenas e médias empresas, seja por via do despedimento coletivo, seja através de processo de despedimento individual.

A fragilidade das trabalhadoras e dos trabalhadores face aos despedimentos aumentou na sequência do Memorando de Entendimento da Troika, em 2011. Desde então, e no âmbito das medidas de austeridade, foram introduzidas alterações ao Código do Trabalho que agravaram, a favor das empresas, o desequilíbrio nas relações entre trabalho e capital. Simultaneamente, a precariedade aumentou.

**O processo negocial do Orçamento do Estado para 2022 (OE2022) acontece neste quadro marcado pela vaga de despedimentos e que vai ser o centro do conflito social nos próximos meses.** Este quadro, e suas lutas, refletir-se-ão, inevitavelmente, no debate orçamental que agora se inicia. O Bloco de Esquerda é intransigente na defesa dos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores, **exigindo a anulação das normas do Código Laboral alteradas a partir do Memorando de**

**Entendimento da Troika, a proibição dos despedimentos, a reposição dos montantes e das regras de cálculo nas compensações por cessação e despedimento, a revogação dos mecanismos de caducidade na contratação coletiva, apenas podendo um contrato coletivo de trabalho ser substituído por um novo livremente negociado entre as partes, o restabelecimento do princípio do tratamento mais favorável ao/à trabalhador/a e a eliminação das normas que agravam a precariedade laboral, impedindo, com normas exigentes, a “uberização” do trabalho.**

No combate à crise social, ambiental e económica, o Bloco, nas negociações referentes ao OE 2022, assume que a transição energética e a necessidade de cortes nas emissões de gases com efeito de estufa (GEE) não podem resultar no lançamento para o desemprego das trabalhadoras e trabalhadores dessas empresas, não sendo admissível a repetição do caso da refinaria de Matosinhos. Criar alternativas e novos postos de trabalho é uma exigência que deve consubstanciar-se num **Plano Social para a Transição Energética Justa** que garanta, a par das medidas ambientais, direitos e condições de vida à classe trabalhadora.

**No OE2022 é essencial enfrentar os despedimentos e o empobrecimento. Estas medidas exigem um compromisso do Governo até ao final da legislatura. Esta é uma condição indispensável para que as negociações para o OE 2022 sejam claras quanto aos seus objetivos e o Bloco surja como a força que luta pela reversão do agravamento do fosso entre ricos e pobres, e do, cada vez maior e profundo, desequilíbrio entre capital e trabalho.**

As eleitas e os eleitos pela Moção E na Mesa Nacional